

## **Introdução ao Inventário de Referências Culturais do Bem Jongo/CNFCP**

**Letícia Vianna<sup>1</sup>**

Este documento, que trata das referências culturais relativas ao bem jongo (também nomeado caxambu, tabu...) na Região Sudeste, contém levantamentos de campo realizados no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um dos resultados parciais do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular – uma das frentes de ação do CNFCP voltada para a salvaguarda das culturas populares –, espécie de laboratório do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial recém-instituído no Ministério da Cultura, no sentido de produzir conhecimento sobre as possibilidades, eficácia e alcance do Decreto 3.551, de 04/08/2000.

Esse decreto institui o programa e o registro de bens culturais de natureza imaterial, uma conquista resultante de longo processo de amadurecimento da legislação de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro que não é suscetível ao tombamento e ao direito autoral. Não pretende, em sua intenção original, criar instrumentos normativos e restritivos, mas instrumentos abertos aos pontos de vista e expectativas dos portadores das tradições culturais específicas. Pressupõe as dinâmicas próprias dessas tradições sem pretender “engessar” suas formas e conteúdos no tempo e no espaço. Esses instrumentos podem ser aplicados como canais para que a sociedade civil e seus múltiplos segmentos estabeleçam comunicação com o Estado no sentido de encaminhar as demandas sobre suas referências culturais, na medida em que o patrimônio imaterial só está verdadeiramente a salvo do desaparecimento enquanto existirem pessoas e comunidades interessadas, vivenciando o bem cultural em questão.

A metodologia aplicada para esse levantamento é a do Inventário Nacional de Referências Culturais, INRC, desenvolvido pelo então Departamento de Identificação e Documentação do Eram com o objetivo de aperfeiçoar instrumentos de documentação para o patrimônio imaterial. Essa metodologia está sendo testada, discutida e adaptada, no âmbito do projeto, em função da natureza dos bens culturais que estão sendo circunscritos (ver apêndice *Caderno de Campo*). Sendo, como já era de esperar, o universo que se apresenta extremamente rico e complexo, os inventários daí resultantes podem instruir vários registros nos quatro Livros do Patrimônio Imaterial também instituídos pelo decreto: Lugares, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes.

---

<sup>1</sup> Coordenadora do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular desenvolvido pelo CNFCP.

O Inventário de Referências do Bem Jongu que está sendo apresentado foi aberto no Livro das Formas de Expressão do INRC. Iniciado em setembro de 2001, incluiu três fases de trabalho com equipe que contou com a orientação da professora, antropóloga e etnomusicóloga Dr<sup>a</sup> Elizabeth Travassos Lins; a coordenação da antropóloga Dr<sup>a</sup> Letícia Vianna; e com os pesquisadores assistentes Letícia Dias, Rita Gama, Cléo Vieira, Carla Ramos, Lúcio Enrico, André Felipe, Adailton da Silva, Thiago Aquino, Aressa Rios, Ricardo Moreno e Igor Higa. No decorrer do processo de inventário foi fundamental o apoio da Universidade do Rio de Janeiro, do Grupo Cultural Jongu da Serrinha, da Rede de Memória do Jongu e das lideranças das várias comunidades jongueiras.

O Inventário buscou as expressões de origem africana relacionadas à cultura do café na Região Sudeste que têm elementos comuns: dança de roda ao som de tambores e cantoria. Foi observada uma variedade de representações musicais, coreográficas e simbólicas, de modo geral compreendidas nas mesmas categorias analíticas – jongu, tambu, caxambu, tambor e batuque –, que guardam elementos comuns, e também particularidades conjunturais nos diferentes contextos onde são cultivadas: comunidades e ONGs na metrópole do Rio de Janeiro; grupos e comunidades em periferias de pequenas cidades; comunidades rurais remanescentes de quilombos... Verificaram-se ainda diferentes instâncias de tensões sociais, como questões e clivagens raciais e de classe, tensões de ordem religiosa, questões relativas às representações de jongu, cada vez mais significativas, produzidas no âmbito da indústria cultural – os grupos e os espetáculos – em contraste com a relativa invisibilidade e exclusão socioeconômica das comunidades e grupos *tradicionais* ou de *raiz*, com vínculos com o universo do sagrado. Foram identificadas 15 comunidades jongueiras no litoral do Sudeste (do Espírito Santo a São Paulo), com indicações de que existem mais, e feitos levantamentos de campo em nove delas (sete localidades e duas sublocalidades) no Estado do Rio de Janeiro. Percebida a existência de interesse das comunidades e grupos no sentido de apresentar a candidatura do jongu ao registro como patrimônio cultural imaterial, estamos encaminhando este documento no sentido de contribuir com a instrução do Registro no Livro das Formas de Expressão do Patrimônio Imaterial Nacional.